MEDIAÇÃO E A SOLUÇÃO DE CONFLITOS FAMILIARES

Laís Priscila dos Santos

RESUMO: O presente artigo científico tem como objetivo apresentar a Mediação, como procedimento mais indicado nas soluções de conflitos decorrentes de relações continuadas. Com maior destaque para a mediação como solucionadora dos conflitos advindos das relações familiares. A Mediação é a melhor forma de chegar a um consenso, momento em que se trabalha o desenvolvimento da fala e da palavra, os quais são imprescindíveis para a solução dos conflitos com êxito. Também tem como objetivo apresentar as mudanças que o novo Código de Processo Civil trouxe, dando destaque a mediação em seus vários artigos, com conseqüente valoração para este tipo de procedimento.

PALAVRAS CHAVE: Mediação. Conflitos. Relações familiares. Diálogo. Respeito.

INTRODUÇÃO:

O presente artigo tem como objetivo apresentar a técnica da Mediação na solução dos conflitos decorrentes das relações familiares.

A técnica da Mediação para ter eficácia tem a participação de um terceiro imparcial que tem a função de auxiliar as partes, denominado mediador e as partes que estão instaladas no litígio são denominadas mediandos.

A Mediação chegou ao Brasil por meio de duas correntes, a francesa e a norte americana. A corrente seguida no Brasil é a francesa que tem o enfoque para a solução de conflitos levando em consideração o sentimentos envolvidos pelas partes, não se adaptando a corrente americana, pois o objetivo desta última é somente diminuir processos e com isso não prioriza o sentimento, afeto.

A Mediação pode ser realizada nas ações que envolvam relações continuadas, ou seja, que mesmo resolvendo aquele litígio, o vínculo entre aquelas pessoas não vai deixar de existir.

No direito de família a Mediação pode ser utilizada nas ações de Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Guarda, Alimentos, Execução de Alimentos e Regulamentação de visitas.

O procedimento da Mediação é sigiloso, com isso as partes tem mais segurança ao exporem seus sentimentos, sem ter a preocupação que outras pessoas venham a ficar sabendo de suas fragilidades que são expostas nas sessões realizadas.

A família é uma entidade que merece respeito, pois é a entidade através da qual originou a sociedade. E como na família as pessoas se relacionam de forma mais íntima e aberta, está sujeita ao aparecimento de conflitos.

Conflitos estes que são instalados devido a dificuldade ou até mesmo a impossibilidade de diálogo, que devido as situações que vão ocorrendo no dia a dia, as relações vão se desgastando e quando os indivíduos que fazem partes dela se dão conta, não possuem mais controle sobre o conflito que ali se instalou. Momento este, que necessitam do auxílio de um terceiro apto a contribuir com aquele momento delicado que as partes estão passando.

Atualmente o TJMG está dando mais enfoque a Mediação familiar, muito embora ela seja uma técnica existente há bastantes décadas pelo fato de se atentar para a dignidade da pessoa humana e também por ser um método rápido e com baixos custos para o Estado.

O presente artigo foi desenvolvido com método de pesquisas bibliográficas e observações nas relações familiares.

No desenvolver do artigo o tema vai ser exposto em três partes, primeiramente da origem da Mediação no Brasil e sobre qual influência esta técnica se instalou no país e também da perspectiva positiva na solução de conflitos com o auxílio da Mediação. Depois da perspectiva da Mediação no novo Código de Processo Civil, que deu ênfase em uma sessão para os mediadores judiciais, contemplando assim a importância da Mediação para as pessoas e conseqüentemente para o Judiciário. E por fim, dos conflitos decorrentes das relações familiares e a sua transformação pela Mediação, parte em que aborda o surgimento dos conflitos nas famílias e a importância da sua resolução de uma forma voltada para o íntimo das pessoas e a valoração dos sentimentos das partes envolvidas.

1) A origem e a aplicação da Mediação no Brasil

Conforme o parágrafo único do artigo 1º da Lei 13.140/2015: “A mediação é uma atividade técnica exercida por terceiro imparcial sem poder decisório, que, escolhido ou aceito pelas partes, as auxilia e estimula a identificar ou desenvolver soluções consensuais para a controvérsia.”

Essa técnica é interdisciplinar, ou seja, não possui somente profissionais do direito, mais especificamente na mediação familiar tem o amparo de profissionais da psicologia, assistência social.

É destinada para a solução de conflitos decorrentes de relações continuadas, e não visa somente celebração de um acordo, e sim o resgate da comunicação dos litigantes, com o reconhecimento dos seus sofrimentos e a possibilidade das partes envolvidas manterem um diálogo com cordialidade, que certamente não conseguiram êxito antes.

Esse procedimento é realizado em sessões, onde a pessoa apta a conduzir a sessão é chamada de mediador, e as partes ligantes recebem a nomenclatura de mediandos.

Pode ser realizado por iniciativa do juiz quando ele identifica que existem pontos inconciliáveis ou controversos e também pode ocorrer pela iniciativa das partes no interesse de se submeterem as sessões de mediação. Ambas as iniciativas podem acontecer no curso do processo, até a realização da sentença. Quando isso ocorre, o processo fica suspenso, podendo retornar pela ordem do juiz, quando este identifica que as sessões não estão surtindo mais efeitos ou quando as partes desejam não mais participarem das sessões (SILVA, 2004, p. 24).

A mediação familiar é realizada nas ações de Divórcio, Reconhecimento e Dissolução de União Estável, Guarda, Alimentos, Regulamentação de Visitas e Execução de Alimentos.

A adoção da mediação familiar no Brasil, em modelos teóricos e técnicos adequados à nossa realidade cultural em desenvolvimento pela doutrina, a ser estimulada através de legislação específica e criação de serviços públicos e acessíveis aos mais carentes, representará um notável avanço para a preservação da dignidade da pessoa humana, enfatizando a responsabilidade pessoal e o exercício da cidadania, evitando a vitimização frequentemente presentes nas partes frustradas com a solução judicial, e no cumprimento do preceito constitucional, contido no **caput do art.226 da Constituição Federal**, segundo o qual a família, como base da sociedade, tem direito a especial proteção do Estado. (SILVA, 2004, P.24)

A mediação chegou ao Brasil por duas correntes. A corrente francesa chegou em São Paulo em 1989 com o objetivo de aprimorar a prestação jurisdicional em busca do entendimento de conflitos com o auxílio de outras áreas além do direito, a interdisciplinaridade (BARBOSA, 1999, p. 141). A corrente norte-americana chegou ao Sul do Brasil na década de 90, vindo da Argentina e Colômbia. Esta corrente tinha o

objetivo principal de diminuir o número de processos, induzindo o mediando a celebrar um acordo que não satisfaz a dignidade da pessoa humana. Sendo utilizada de maneira equivocada, pois a mediação não tem o intuito de fazer somente o acordo e com isso terminar o processo, e sim de fazer com que as partes restaurem a sua dignidade com comunicação, o respeito e cordialidade, e se isso acontecer de uma maneira favorável, realizar um acordo em segundo plano (BARBOSA, 1999, p. 141).

O desenvolvimento da mediação no Brasil é segundo a corrente francesa. Não tendenciado para o modelo norte americano, e entendendo que este é utilizado de maneira equivocada, pois no Brasil entende-se que:

O conflito de família é decorrente da dupla especificidade, pois, antes de ser conflito de direito, é de essência afetiva, psicológica e relacional, procedido de sofrimentos. Seu direcionamento deve levar em conta os casais que, após a ruptura, deverão, forçosamente, conservar a relação de co-parentalidade, no interesse das crianças e no seu próprio interesse. (GANANCIA, 1999, p. 02 – 07 apud SILVA, 1999, p. 142)

Quando a mediação foi introduzida como prática no Brasil não tinha legislação específica. Com isso foi introduzida com a Lei 9.307/1996, a Lei da Arbitragem.

Atualmente é elencada em legislação específica, a Lei 13.140, de 26 de junho de 2015, com seus 48 artigos que estão em vigência.

2) A perspectiva da Mediação no novo Código de Processo Civil

O novo Código de Processo Civil trouxe uma nova perspectiva em relação a solução de conflitos. Enfatizando a busca de uma solução de conflitos, não somente por sentença imposta pelo Magistrado e sim através de soluções advindas das próprias partes litigantes. Daí uma nova perspectiva da Mediação Judicial.

O artigo 139, em seu inciso V disciplina que: O juiz dirigirá o processo conforme as disposições deste Código, incumbindo-lhe: promover, a qualquer tempo, a autocomposição, preferencialmente, com auxílio de conciliadores e mediadores judiciais.

Enfatiza em seu artigo 334, que após o Magistrado analisar a petição inicial, o próximo passo é encaminhar as partes para audiência de conciliação ou mediação, onde irão atuar conciliadores ou mediadores. Então em um primeiro momento as partes vão ter um momento delas, de diálogo, de busca de um consenso. Caso esse momento não tenha êxito, o processo seguirá o seu curso, sem prejuízo as partes.

Os tribunais que serão incumbidos de criarem centros judiciários de solução consensual de conflitos, responsáveis pela realização de sessões e audiências de conciliação e mediação e também pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, de acordo com o artigo 165.

Com mais ênfase no mediador, o próprio atuará onde exista vínculo anterior entre as partes, como nos casos de solução de conflitos familiares.

Os princípios que regem a mediação estão enumerados no artigo 166, tais como: independência, imparcialidade, autonomia da vontade, confidencialidade, oralidade, informalidade e da decisão informada.

Uma grande inovação que o novo Código de Processo Civil trouxe foi a remuneração dos mediadores, em seu artigo 169, anunciando a valoração destes profissionais. Anteriormente os mediadores eram somente pessoas voluntárias, o que o Código não se exige que possa acontecer na sua vigência.

O mediador que atuar nas sessões, ficará impedido pelo prazo de 01 ano de assessorar, representar ou patrocinar qualquer das partes, com base no artigo 172. Tal impedimento é para que não haja captação de clientes para a advocacia.

O procedimento da mediação exige muita seriedade e comprometimento e caso não o tenha, o mediador vai sofrer algumas sanções, dispostas a seguir, de acordo com o artigo 173.

Artigo 173 - Será excluído do cadastro de conciliadores e mediadores aquele que:

I - agir com dolo ou culpa na condução da conciliação ou da mediação sob sua responsabilidade ou violar qualquer dos deveres decorrentes do art. 166, §§ 1º e 2º;

II - atuar em procedimento de mediação ou conciliação, apesar de impedido ou suspeito.

§ 1º - Os casos previstos neste artigo serão apurados em processo administrativo.

§ 2º - O juiz do processo ou o juiz coordenador do centro de conciliação e mediação, se houver, verificando atuação inadequada do mediador ou conciliador, poderá afastá-lo de suas atividades por até 180 (cento e oitenta) dias, por decisão fundamentada, informando o fato imediatamente ao tribunal para instauração do respectivo processo administrativo.

As perspectivas do novo Código de Processo Civil no âmbito da mediação não excluem a atuação da mediação extrajudicial vinculadas a órgãos institucionais ou realizadas por intermédio de profissionais independentes, que por sua vez serão regulamentados por lei específica, disciplinado em seu artigo 175.

3) A solução de conflitos familiares pela Mediação e os princípios da dignidade da pessoa humana e solidariedade

A solidariedade é um princípio onde cada pessoa tem responsabilidade por seus semelhantes e uma tem ligação com a empatia que é a função de se colocar no lugar do outro.

O princípio da solidariedade é regido pela ética do cuidado, expressando-se na relação entre *tu* e *eu* – avesso e direito da vida humana. (BARBOSA, 2008, p.23).

A ética do cuidado não deve ser relacionada como ajuda e cuidado, pois se ela for relacionada a isso vai se criar uma relação de dependência entre as partes e até mesmo de humilhação, pois quem está “ajudando” ficaria em um posto de superioridade (PEREIRA, 2008, p. 24).

O resgate da ética do cuidado é a recuperação da capacidade de sentir o outro, de ter compaixão com todos os seres que sofrem, humanos e não humanos, de reconhecer a lógica do coração, priorizando a cordialidade, em lugar de privilegiar a lógica da conquista e do uso utilitário das coisas e das pessoas. (BARBOSA, 2008, p. 26)

A compreensão do *tu* e do *eu* é fundamental para o profissional que vai lidar com a situação, pois o profissional o *tu* é quem vai ter que conhecer o *eu*, o mediando, para que a sessão flua de uma maneira proveitosa. Muitas das vezes o que o mediando está necessitando é do resgate dele mesmo, por se encontrar em uma situação ausente de dignidade e por estar inserido em relações familiares conflituosas (BARBOSA, 2008, p. 27).

Para que compreenda o *tu* e o *eu*, é necessária a compreensão da importância da fala e da palavra. A fala é um conjunto de palavras que permite a comunicação das pessoas. Portanto quando há um conflito familiar, na maioria das vezes, as partes inseridas naquele conflito não conseguem mais se expressarem de uma maneira capaz de solucionarem os conflitos instalados naquela família, pois quando o conflito atinge este grau, não existe mais compreensão, escuta, respeito, cordialidade entre as partes (BARBOSA, 2008, p. 27).

A psicanálise, uma área interdisciplinar, enfatiza a importância da palavra, pois para o ser humano é muito importante ser escutado e esta área tem a perspectiva de solucionar um conflito através da linguagem.

A experiência psicanalítica representa a possibilidade desejada por todos os humanos de ser escutado. A atividade de escutar não contém julgamento das palavras ou de comportamentos, pois está voltada ao inconsciente. Já a atividade de ouvir é completamente diferente de

escutar, pois superficial, contendo julgamento das palavras e do comportamento. (BARBOSA, 2008, p. 29)

A Psicanálise entende também que o desenvolvimento do ser humano é através dos conflitos que ele vive. O desenvolvimento não é somente eficaz no que diz respeito à solução do conflito, e sim na sua transformação. Na transformação também é eficaz, pois é nela que o ser humano muda o seu jeito de pensar, de agir, reconhece seus erros e enxerga que o outro também é um ser imperfeito (GROENINGA, 2000, p. 160).

Os conflitos podem ter várias naturezas como: emprego, faculdade, família, questões financeiras, entre outros. E quando ocorrem os conflitos, eles não ficam delimitados somente na esfera que os geraram e atingem outras esferas.

A família é sempre atingida indiretamente e até mesmo de forma inconsciente pelos conflitos, por ser uma relação muito frágil e construída com sentimentos. Na convivência familiar é onde o ser se relaciona de forma aberta, não sendo possível se maquiarem.

Quando este conflito atinge a família e a entidade familiar não consegue solucionar, é necessário que tenha a colaboração de um terceiro, daí o princípio da solidariedade. Princípio este que se enquadra a mediação e conseqüentemente o mediador, que é a pessoa que vai ser o terceiro colaborador. (GROENINGA, 2000, p. 160)

Em geral, as famílias levam seus impasses aos escritórios de advocacia, que tendem a lhes dar um tratamento de modo a enquadrá-los na moldura legal, tentando transformar o subjetivo em objetivo, o que pode acabar por mutilar ou dar um valor inadequado para os aspectos emocionais. As duas possibilidades de abordagem dos conflitos conhecidos por estes profissionais são o litúgio e a conciliação. Com estas abordagens, a emoção pode ser cooptada muito mais para firmar posições jurídicas e o resultado pode ser o acirramento do conflito, ou sua repressão, por meio de uma atitude conformista. No último caso, a tendência é que o conflito venha a emergir, posteriormente, com igual ou maior força. (GROENINGA, 2000, p.160)

Na técnica da mediação não existem profissionais que vão se vangloriar com o resultado, o mediador é voluntário e não tem a preocupação de ser o melhor, de ganhar a causa, de atingir metas.

O mediador não interfere, não induz e não sugere, ele apenas facilita a comunicação dos mediandos, esse o objetivo da mediação, o resgate da dignidade da pessoa humana, que é o seu valor moral (BARBOSA, 1999, p. 144).

Quando o mediando resgata o seu valor moral, ele consegue lidar com os conflitos de uma forma mais fácil, pois ele não está mais no posto de fracassado, que é o sentimento de uma pessoa que sozinha não consegue resolver seus próprios conflitos. E consegue entender que o mediador não está em um grau superior e que eles estão com um único objetivo, que é de transformar ou solucionar aquele conflito instalado na família.

Acontecendo isto, a sessão de mediação flui de uma maneira satisfatória, os mediandos conseguem conversar com cordialidade e juntos com o mediador buscarem solução para aquele conflito, é uma maneira mais serena de resolver um conflito porque quem criou o conflito está identificando as fragilidades e buscando soluções. Quando acontece isso, a chance de cumprir com o que foi acordado é maior. Ao contrário de quando a solução é imposta pelo Magistrado por meio de numa sentença judicial, o que sempre vai acontecer de uma parte ter uma resistência ao cumprimento e poderá dar ensejo a outras ações judiciais.

Salientando que a técnica de mediação somente irá surtir efeitos se ambas as partes estiverem empenhadas na mesma causa, pois caso contrário, todo empenho e dedicação não serão eficazes. O essencial é que as partes mudem seu modo de pensar sobre aquele assunto e vendo com outros olhos poderão enxergar as coisas de uma maneira mais facilitadora.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

Com o objetivo de analisar a Mediação no contexto das relações familiares, este trabalho procurou falar sobre a Mediação dando destaque a família devido a sua importância na sociedade.

Em um primeiro momento, buscou-se expor a origem da Mediação no Brasil e o demonstrar o motivo da corrente seguida no país ser a corrente francesa, pois esta corrente é voltada não só pela solução de conflitos ter o objetivo de encerrar o processo e sim uma maneira em que as partes saem satisfeitas com o acordo realizado por elas e com o lado sentimental restaurado.

Posteriormente, com objetivo de demonstrar a importância que o judiciário encara a Mediação, passou-se a elencar a Mediação sobre a nova perspectiva do Código de Processo Civil pontuando todos os artigos que o novo Código de Processo Civil cita a Mediação.

Finalizando este trabalho, faz-se importante destacar a importância da Mediação na solução dos conflitos decorrentes das relações familiares. Solução de conflitos esta que não basta um simples acordo ou uma sentença judicial, o que se faz necessário para solucionar os conflitos é um terceiro empenhado não só para a resolução dos conflitos e sim com um olhar sensibilizado para o sentimentos das partes, restaurando o respeito, a auto estima, tudo que aquele conflito que ali se instalou fez com que desaparecesse.

Desta forma, pode-se concluir que a família é uma entidade muito importante na sociedade e deve ser preservada. As relações familiares tem como base os sentimentos, com isso é imprescindível que haja um olhar mais sensibilizado para os seus conflitos.

A Mediação foi criada de uma forma muito eficiente para a colaboração com estes indivíduos conflituosos, que sozinhos não conseguem mais solucionarem os seus conflitos.

Esta técnica não teria tamanha eficácia se o judiciário não tivesse voltado seus olhos para o sentimento das famílias, e também verificado que nem sempre a solução de um conflito é através de uma sentença judicial imposta pelo Magistrado.

Quando ocorre a sentença judicial uma parte fica com sentimento de perdedor e outra parte com sentimento de vencedor. E desta forma, a quem a obrigação foi imposta tem resistência no cumprimento.

O que surte efeito na celebração de um acordo com eficácia e satisfazendo as partes é quando as partes participam da sua celebração. Desta forma, o acordo não vai satisfazer uma ou outra parte e sim ambas as partes, e a partir da satisfação dos interesses de ambas as partes, as pessoas tem mais aceitação e comprometimento no cumprimento de um acordo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. *Família e Solidariedade: Teoria e prática do direito de família*. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2008.

REVISTA BRASILEIRA DE DIREITO DE FAMÍLIA. Porto Alegre: Síntese: 1999.

TUCCI, José Rogério Cruz *et al.* **Código de Processo Civil Anotado**. 1ª ed. Paraná: 2015.